

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às Informações Trimestrais - ITR nº 3h. Essa diretriz não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	6
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas	9

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.798.047	5.985.805
1.01	Ativo Circulante	3.085.973	5.243.911
1.01.01	Disponibilidades	466	202
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.073.618	2.874.316
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.513	2.356.180
1.01.03.01	Carteira própria	1.513	2.356.180
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-281	38
1.01.07.01	Arrendamentos a receber - Setor privado	119.269	150.617
1.01.07.02	(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	-118.279	-150.147
1.01.07.03	(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	-1.271	-432
1.01.08	Outros Créditos	9.914	12.714
1.01.08.01	Diversos	9.914	12.714
1.01.09	Outros Valores e Bens	743	461
1.01.09.01	Bens não de uso próprio	880	887
1.01.09.02	(Provisão para desvalorizações)	-414	-465
1.01.09.03	Despesas antecipadas	277	39
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	543.373	542.563
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-134	14
1.02.06.01	Arrendamento a receber - Setor privado	56.641	58.307
1.02.06.02	(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	-56.171	-58.126
1.02.06.03	(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	-604	-167
1.02.07	Outros Créditos	543.447	542.481
1.02.07.01	Diversos	543.447	542.481
1.02.08	Outros Valores e Bens	60	68
1.02.08.01	Despesas antecipadas	60	68
1.03	Ativo Permanente	168.701	199.331
1.03.01	Investimentos	7.779	7.779
1.03.01.04	Outros Investimentos	23.382	23.382
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-15.603	-15.603
1.03.01.05.01	(Imparidade acumulada)	-15.603	-15.603
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	160.922	191.552
1.03.03.01	Bens arrendados	423.677	434.782
1.03.03.02	(Insuficiência de depreciação)	-59.540	-53.972
1.03.03.03	(Depreciações acumuladas)	-203.215	-189.258
1.03.04.01	Ativos intangíveis	186	186
1.03.04.02	(Amortização acumulada)	-186	-186

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.798.047	5.985.805
2.01	Passivo Circulante	2.777.138	2.697.681
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.738.914	2.646.775
2.01.03.01	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	2.738.914	2.646.775
2.01.09	Outras Obrigações	38.224	50.906
2.01.09.01	Sociais e estatutárias	0	8.500
2.01.09.02	Fiscais e previdenciárias	4.079	7.250
2.01.09.03	Credores por antecipação de valor residual	258	350
2.01.09.04	Diversas	33.887	34.806
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	32.977	2.305.599
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	32.756	2.305.357
2.02.03.01	Recursos de debêntures	32.756	2.305.357
2.02.09	Outras Obrigações	221	242
2.02.09.01	Credores por antecipação de valor residual	123	135
2.02.09.02	Diversas	98	107
2.05	Patrimônio Líquido	987.932	982.525
2.05.01	Capital Social Realizado	932.512	932.512
2.05.04	Reservas de Lucro	50.013	50.013
2.05.04.01	Legal	45.000	45.000
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	5.013	5.013
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.407	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	103.612	172.286
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	50.421	49.608
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	53.191	123.728
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	0	-1.050
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-93.006	-160.941
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-49.425	-120.582
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-42.185	-40.434
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.396	75
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	10.606	11.345
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-2.335	-4.576
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.519	-1.461
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.500	-1.541
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	960	1.246
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-276	-2.820
3.05	Resultado Operacional	8.271	6.769
3.06	Resultado Não Operacional	735	-394
3.06.01	Receitas	841	0
3.06.02	Despesas	-106	-394
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	9.006	6.375
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-3.610	-408
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-3.610	-408
3.09	IR Diferido	11	-2.499
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	5.407	3.468
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	10,59361	6,79339

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	5.407	3.468
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.407	3.468

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	200.914	-3.181.449
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.320	44.048
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos e Participações	9.006	6.375
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro Antes dos Tributos e Participações	43.314	37.673
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	148.594	-3.225.497
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.354.513	2.196
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-929	246
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Outros Créditos Líquidos dos Impostos Diferidos	1.845	1.359
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	-329	87
6.01.02.05	(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-2.180.462	-3.216.261
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	0	-7.973
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Outras Obrigações	-24.180	1.413
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	-5.291
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.864	-1.273
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.348	-49.807
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Arrendamento	4.461	8.693
6.02.02	(Aquisição) de Imobilizado de Arrendamento	-15.963	-58.418
6.02.03	Alienação / Redução de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	154	0
6.02.04	Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	0	-82
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.000	0
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Pagos	10.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	199.566	-3.231.256
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.874.512	8.889.876
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.074.078	5.658.620

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	932.512	0	0	50.013	0	0	982.525
5.03	Saldo Ajustado	932.512	0	0	50.013	0	0	982.525
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.407	0	5.407
5.13	Saldo Final	932.512	0	0	50.013	5.407	0	987.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	932.512	0	0	76.106	0	0	1.008.618
5.03	Saldo Ajustado	932.512	0	0	76.106	0	0	1.008.618
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.468	0	3.468
5.13	Saldo Final	932.512	0	0	76.106	3.468	0	1.012.086

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	103.635	170.393
7.01.01	Intermediação Financeira	103.612	172.286
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.396	75
7.01.04	Outras	1.419	-1.968
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-55.046	-127.961
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.515	-1.456
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-1
7.03.04	Outros	-1.515	-1.455
7.03.04.01	Processamento de Dados	-659	-133
7.03.04.02	Serviços Técnicos Especializados	-323	-466
7.03.04.03	Serviços do Sistema Financeiro	-27	-439
7.03.04.04	Propaganda e Publicidade	-131	-126
7.03.04.05	Emolumentos Judiciais e Cartorários	-147	-117
7.03.04.06	Outras	-228	-174
7.04	Valor Adicionado Bruto	47.074	40.976
7.05	Retenções	-36.564	-33.055
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.564	-33.055
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.510	7.921
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.510	7.921
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	10.510	7.921
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.099	4.448
7.09.02.01	Federais	4.139	3.428
7.09.02.02	Estaduais	112	48
7.09.02.03	Municipais	848	972
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4	5
7.09.03.01	Aluguéis	4	5
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.407	3.468
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.407	3.468

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas às Informações Trimestrais - ITR

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integralmente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 03 de maio de 2019.

Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a Companhia. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge* têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

h) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

i) Outros valores e bens

Bens não de uso próprio

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada à Companhia;
- Bens com valor entre R\$ 25.550,00 e R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550,00: são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante do crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Despesas não operacionais".

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016.

As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução CMN Nº 4.534 emitida em 24 de novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e sua amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

l) Captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

As captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ A alíquota aplicada às empresas financeiras de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 foi de 20%. Em janeiro de 2019 a alíquota voltou a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 21).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2019	31.12.2018
Disponibilidades	466	202
Disponibilidades em moeda nacional	466	202
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.073.612	2.874.310
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	3.073.612	2.874.310
Total	3.074.078	2.874.512

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	31.03.2019	31.12.2018
Aplicações no mercado aberto		
Revendas a liquidar - Posição bancada	3.073.618	2.874.316
Letras Financeiras do Tesouro	1.115.591	-
Notas do Tesouro Nacional	1.958.021	2.874.310
Debêntures	6	6
Total	3.073.618	2.874.316
Ativo circulante	3.073.618	2.874.316

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada	52.567	123.871
Total	52.567	123.871

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
 Informações Trimestrais - ITR
 Trimestre findo em 31 de março de 2019
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração "Balço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2019					31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem vencimento	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	1.334	1.334	1.334	-	2.356.143	2.355.847	(296)
Títulos Públicos	-	1.334	1.334	1.334	-	2.356.143	2.355.847	(296)
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.334	1.334	1.334	-	1.314	1.314	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	2.354.829	2.354.533	(296)
2 – Títulos Disponíveis para Venda	179	-	179	179	-	333	333	-
Títulos Privados	179	-	179	179	-	333	333	-
Cotas de Fundos de Investimentos	179	-	179	179	-	333	333	-
Total (1 + 2)	179	1.334	1.513	1.513	-	2.356.476	2.356.180	(296)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2019					31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem vencimento	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	179	1.334	1.513	1.513	-	2.356.476	2.356.180	(296)
Total	179	1.334	1.513	1.513	-	2.356.476	2.356.180	(296)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.03.2019				31.12.2018	
	Valor de Mercado		Total		Total	
	Sem vencimento	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	-	1.334	1.334	1.334	2.356.143	2.355.847
Títulos disponíveis para venda	179	-	179	179	333	333
Total	179	1.334	1.513	1.513	2.356.476	2.356.180

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.03.2019			31.12.2018		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	1.513	-	1.513	2.356.180	-	2.356.180
Total	1.513	-	1.513	2.356.180	-	2.356.180

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	31.03.2019		31.12.2018	
1 – Título para negociação	1.334	88%	2.355.847	100%
2 – Títulos disponíveis para venda	179	12%	333	0%
Valor contábil / mercado da carteira	1.513	100%	2.356.180	100%

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	52.567	123.871
Títulos de renda fixa	615	(151)
Aplicações em fundos de investimento	9	8
Total	53.191	123.728

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias no trimestre findo em 31 de março de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

d.1) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Futuros	-	(1.050)
Total	-	(1.050)

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**a) Operações de arrendamento a receber**

	31.03.2019	31.12.2018
Operações de arrendamento mercantil a receber	175.910	208.924
Arrendamentos financeiros a receber	175.910	208.924
Ativo circulante	119.269	150.617
Ativo não circulante	56.641	58.307
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(174.450)	(208.273)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(174.450)	(208.273)
Ativo circulante	(118.279)	(150.147)
Ativo não circulante	(56.171)	(58.126)

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Receitas de arrendamento mercantil	50.421	49.608
Arrendamentos financeiros	42.839	46.047
Lucro na alienação de bens arrendados	6.663	1.561
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	919	2.000
Despesas de arrendamento mercantil	(42.185)	(40.434)
Arrendamentos financeiros	(42.185)	(40.434)
Total	8.236	9.174

c) Carteira por setores de atividade econômica

	31.03.2019	%	31.12.2018	%
Setor privado	162.001	100,00%	191.718	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	68	0,04%	132	0,07%
Pessoa jurídica	161.933	99,96%	191.586	99,93%
Atividades específicas da construção	11.890	7,34%	9.774	5,10%
Comércio atacadista e indústrias diversas	14.750	9,10%	10.930	5,70%
Comércio varejista	8.356	5,16%	9.128	4,76%
Serviços	124.851	77,07%	159.631	83,26%
Transportes	2.086	1,29%	2.123	1,11%
Total	162.001	100,00%	191.718	100,00%

(1) Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.03.2019	31.12.2018
Arrendamentos financeiros a receber	175.910	208.924
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(174.450)	(208.273)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	160.922	191.552
Credores por antecipação do valor residual	(381)	(485)
Valor presente dos contratos de arrendamento financeiros/Outros créditos	162.001	191.718

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2019	31.12.2018
Operações em Curso Normal											
Parcelas vincendas	68.344	30.180	11.015	45.299	-	-	-	-	-	154.838	190.930
01 a 30	9.852	927	257	2.877	-	-	-	-	-	13.913	14.859
31 a 60	9.486	927	257	2.601	-	-	-	-	-	13.271	14.456
61 a 90	9.311	926	257	2.530	-	-	-	-	-	13.024	14.241
91 a 180	21.514	2.779	770	7.256	-	-	-	-	-	32.319	40.589
181 a 360	15.935	5.525	1.410	10.688	-	-	-	-	-	33.558	53.316
Acima de 360	2.246	19.096	8.064	19.347	-	-	-	-	-	48.753	53.469
Parcelas vencidas	93	7	9	1.124	-	-	-	-	-	1.233	661
Até 14 dias	93	7	9	1.124	-	-	-	-	-	1.233	661
Subtotal	68.437	30.187	11.024	46.423	-	-	-	-	-	156.071	191.591
Operações em Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	-	5.593	-	24	-	-	13	5.630	78
01 a 30	-	-	-	195	-	1	-	-	1	197	4
31 a 60	-	-	-	195	-	1	-	-	1	197	4
61 a 90	-	-	-	195	-	1	-	-	1	197	4
91 a 180	-	-	-	585	-	2	-	-	2	589	8
181 a 360	-	-	-	1.039	-	3	-	-	4	1.046	15
Acima de 360	-	-	-	3.384	-	16	-	-	4	3.404	43
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	-	270	-	6	-	-	24	300	49
De 01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	270	-	1	-	-	1	272	5
31 a 60	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	5
61 a 90	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	4
91 a 180	-	-	-	-	-	3	-	-	2	5	8
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	15
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14	12
Subtotal	-	-	-	5.863	-	30	-	-	37	5.930	127
Total	68.437	30.187	11.024	52.286	-	30	-	-	37	162.001	191.718

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão por níveis de risco

Nível de Risco	% Provisão	31.03.2019			31.12.2018		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0,00%	68.437	-	-	101.752	-	-
A	0,50%	30.187	(151)	(151)	79.505	(398)	(398)
B	1,00%	11.024	(110)	(110)	10.334	(103)	(103)
C	3,00%	52.286	(1.568)	(1.568)	-	-	-
D	10,00%	-	-	-	30	(3)	(3)
E	30,00%	30	(9)	(9)	3	(1)	(1)
F	50,00%	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	-	-	-	-
H	100,00%	37	(37)	(37)	94	(94)	(94)
Total		162.001	(1.875)	(1.875)	191.718	(599)	(599)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Saldo inicial	599	1.401
Reforço / (reversão)	1.396	(75)
Baixas para prejuízo	(120)	(16)
Saldo final	1.875	1.310

g) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	31.03.2019	% da carteira	31.12.2018	% da carteira
Maior devedor	50.708	31,30%	59.253	30,91%
10 Maiores devedores	150.975	93,19%	183.531	95,73%
20 Maiores devedores	161.306	99,57%	191.489	99,88%
50 Maiores devedores	162.001	100,00%	191.718	100,00%
100 Maiores devedores	162.001	100,00%	191.718	100,00%

h) Movimentação dos créditos renegociados

Nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 não tivemos renegociações de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

I) Informações complementares

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	919	2.000

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.03.2019	31.12.2018
Ativo fiscal diferido – Crédito tributário (Nota 17d)	508.387	508.376
Devedores por depósitos em garantia (Nota 21f)	37.334	36.746
Impostos e contribuições a compensar	5.730	9.224
Valores a receber de sociedades ligadas	788	844
Devedores diversos - No País	1.122	-
Outros	-	5
Total	553.361	555.195
Ativo circulante	9.914	12.714
Ativo não circulante	543.447	542.481

9. OUTROS VALORES E BENS

	31.03.2019	31.12.2018
Bens não de uso próprio	880	887
Veículos e afins	880	887
(Provisão para desvalorização)	(414)	(465)
Despesas antecipadas	337	107
Despesas de serviços do sistema financeiro	60	68
Despesas de serviços técnicos especializados	210	-
Seguros	67	39
Total	803	529
Ativo circulante	743	461
Ativo não circulante	60	68

10. INVESTIMENTOS

	31.03.2019	31.12.2018
Investimentos por incentivos fiscais	23.382	23.382
(Imparidade acumulada)	(15.603)	(15.603)
Total	7.779	7.779

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO**a) Imobilizado de arrendamento**

	31.03.2019	31.12.2018
Bens arrendados	423.677	434.782
Veículos e afins	284.693	311.055
Máquinas e equipamentos	47.819	40.928
Móveis	1.788	852
Instalações	338	338
Sistemas de processamento de dados	6.714	3.350
Perdas em arrendamentos a amortizar	82.325	78.259
Insuficiência de depreciação	(59.540)	(53.972)
Depreciação acumulada	(203.215)	(189.258)
Total	160.922	191.552

b) Ajuste da carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3h, apresentando a seguinte posição:

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.03.2019	31.12.2018
Valor presente	162.382	192.203
Credores por antecipação do valor residual	381	485
Valor presente das operações de arrendamento	162.001	191.718
(-) Valor contábil das operações	221.922	246.175
Arrendamentos a receber - Recursos internos	175.910	208.924
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(174.450)	(208.273)
Valores residuais a realizar	4.972	3.605
Valores residuais a balancear	(4.972)	(3.605)
Bens arrendados	423.677	434.782
Depreciação acumulada de bens arrendados	(203.215)	(189.258)
(=) Insuficiência de depreciação	(59.540)	(53.972)

c) Depreciação acumulada total

	31.03.2019	31.12.2018
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(203.215)	(189.258)
(-) Insuficiência de depreciação	(59.540)	(53.972)
(=) Depreciação Acumulada Total	(262.755)	(243.230)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Composição**

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Data Captação	Vencimento	31.03.2019	31.12.2018
Debêntures					
Pós-fixado	100% a 111% do DI	2006	2027	32.756	2.305.357
Letras de Arrendamento Mercantil					
Pós-fixado	de 100,80% a 102,90% do DI	2018	2020	2.738.914	2.646.775
Total				2.771.670	4.952.132
Passivo circulante				2.738.914	2.646.775
Passivo não circulante				32.756	2.305.357

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2019.**b) Despesas com operações de captação no mercado**

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(49.425)	(120.582)
Debêntures	(6.688)	(120.582)
Letras de Arrendamento Mercantil	(42.737)	-
Total	(49.425)	(120.582)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	31.03.2019	31.12.2018
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	3.610	5.248
Impostos e contribuições a recolher	469	2.002
Total	4.079	7.250
Passivo circulante	4.079	7.250

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Diversas

	31.03.2019	31.12.2018
Credores diversos – No País	951	1.638
Provisão para pagamentos a efetuar	4.736	4.832
Provisões para demandas cíveis (Nota 21d1)	4.917	5.091
Provisões para demandas fiscais (Nota 21d1) ⁽¹⁾	23.345	23.319
Valores a pagar a sociedades ligadas	36	33
Total	33.985	34.913
Passivo circulante	33.887	34.806
Passivo não circulante	98	107

⁽¹⁾ Inclui obrigações legais.**14. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS****a) Outras despesas administrativas**

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Aluguéis	(4)	(5)
Processamento de dados	(659)	(133)
Publicações	(131)	(126)
Serviços do sistema financeiro	(27)	(439)
Serviços de terceiros	-	(1)
Serviços técnicos especializados	(323)	(466)
Emolumentos judiciais e cartorários	(147)	(117)
Seguros	(10)	-
Impostos e multas de bens arrendados	(216)	(174)
Outras	(2)	-
Total	(1.519)	(1.461)

b) Outras receitas operacionais

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Atualização de depósitos em garantia	491	216
Recuperação de encargos e despesas	391	404
Variação monetária ativa	78	20
Outras	-	606
Total ⁽¹⁾	960	1.246

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.**c) Outras despesas operacionais**

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Demandas fiscais	(26)	(1.859)
Demandas cíveis	(215)	(840)
Outras	(35)	(121)
Total ⁽¹⁾	(276)	(2.820)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Receitas não operacionais	841	-
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	51	-
Outras	790	-
Despesas não operacionais	(106)	(394)
Provisão para perdas com incentivos fiscais	-	(161)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(106)	(233)
Total ⁽¹⁾	735	(394)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 932.512 (R\$ 932.512 em 31 de dezembro de 2018), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva Estatutária para Expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

17. TRIBUTOS

a) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Valores correntes	(3.610)	(408)
IR e CSLL no País – Corrente	(3.610)	(408)
Valores diferidos	11	(2.499)
Ativo fiscal diferido	11	(2.499)
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(1.549)	(67)
Diferenças temporárias	1.678	(2.616)
Marcação a mercado	(118)	184
Total	(3.599)	(2.907)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Resultado antes dos tributos e participações	9.006	6.375
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro/2018 e 15% a partir de janeiro/2019)	(3.602)	(2.868)
Outros valores	3	(39)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(3.599)	(2.907)

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas tributárias

	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Cofins	(449)	(403)
ISSQN	(848)	(972)
PIS	(73)	(65)
Outras	(130)	(101)
Total	(1.500)	(1.541)

d) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)

	31.12.2018	01.01 a 31.03.2019		31.03.2019
	Saldo	Movimentação no Período ⁽¹⁾		Saldo
		Constit.	Baixa	
Diferenças temporárias	28.206	1.967	(407)	29.766
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.737	558	(181)	2.114
Provisões passivas	26.166	1.409	(87)	27.488
Marcação a mercado	118	-	(118)	-
Outras provisões	185	-	(21)	164
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	480.170	-	(1.549)	478.621
Total dos créditos tributários ativados	508.376	1.967	(1.956)	508.387
Imposto de Renda	502.088	1.752	(1.380)	502.460
Contribuição Social	6.288	215	(576)	5.927

⁽¹⁾ Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2018.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2019	1.581	1.506
Em 2020	2.756	2.453
Em 2021	3.417	2.822
Em 2022	108.902	83.113
Em 2023	99.921	70.328
A partir de 2024	291.810	180.567
Total de Créditos Tributários	508.387	340.789

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2019	0%	5%
Em 2020	0%	6%
Em 2021	0%	10%
Em 2022	22%	9%
Em 2023	18%	44%
A partir de 2024	60%	26%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário – Não ativado)

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos e Votorantim Energia).

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.03.2019				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	28	-	413	-	441
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	3.073.618	-	3.073.618
Outros ativos	-	-	788	-	788
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(462.825)	-	(462.825)
Outros passivos	-	-	(36)	-	(36)
	01.01 a 31.03.2019				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	52.567	-	52.567
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(12.474)	-	(12.474)
	31.12.2018				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	12	-	164	-	176
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	2.874.316	-	2.874.316
Outros ativos	-	-	844	-	844
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(2.671.640)	-	(2.671.640)
Outros passivos	-	-	(10.033)	-	(10.033)
	01.01 a 31.03.2018				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	123.871	-	123.871
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(122.265)	-	(122.265)

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO

	31.03.2019		31.12.2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.073.618	3.073.618	2.874.316	2.874.316
Títulos e valores mobiliários	1.513	1.513	2.356.180	2.356.476
Operações de arrendamento mercantil	162.001	165.407	191.718	198.664
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(2.771.670)	(2.771.696)	(4.952.132)	(4.955.501)

20. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de março de 2019:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de março de 2019:

Cenário I ⁽¹⁾			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(171)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(2.756)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(5.405)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

Em 31 de março de 2019, a taxa pré para o prazo de um ano é 6,58%. Desse modo, toda a curva é chocada em 1,64% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

21. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ações fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

c) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

d) Provisões para demandas fiscais e cíveis – Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾		Demandas cíveis ⁽²⁾	
	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Saldo inicial	23.106	9.933	5.091	4.577
Constituições	-	1.798	67	204
Reversão da provisão	(17)	-	(148)	(285)
Baixa por pagamento	-	-	(316)	(108)
Atualizações ⁽³⁾	-	15	223	78
Saldo final	23.089	11.746	4.917	4.466

(1) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

(2) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

(3) Na contingências cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	31.03.2019	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	21.632	4.917
De 5 a 10 anos	1.457	-
Total	23.089	4.917

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.03.2019	31.12.2018
Demandas fiscais ⁽¹⁾	18.532	18.307
Demandas cíveis ⁽²⁾	634	1.601
Total	19.166	19.908

⁽¹⁾ A principal discussão é sobre a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição. Valores em 31 de março de 2019: IRPJ R\$ 12.865 e CSLL R\$ 5.151. (IRPJ R\$ 12.677 e CSLL R\$ 5.076 em 31 de dezembro de 2018).

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

f) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.03.2019	31.12.2018
Demandas fiscais	23.495	23.160
Demandas cíveis	13.839	13.586
Total	37.334	36.746

g) Obrigações Legais

A BV Leasing mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal (rubrica Provisão para Contingências – Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei) o montante de R\$ 256 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2018) em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegura o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

h) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhado às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado à inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

f) Gerenciamento de Capital

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do BACEN, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

Notas Explicativas

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Em 31 de março de 2019, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 16,03% (15,74% em 31 de dezembro de 2018).

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição Líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do último relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2018.

b) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de março de 2019

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro Garantia – Fiança para processos judiciais	17.462	60

Notas Explicativas**BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.**

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio Líquido		Total
	JCP e Dividendos	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2018	10.000	932.512	50.013	992.525
Juros sobre o capital próprio / dividendos pagos	(10.000)	-	-	(10.000)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(10.000)	-	-	(10.000)
Variações sem efeito de caixa	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	-	932.512	50.013	982.525

	Passivos	Patrimônio Líquido		Total
	JCP e Dividendos	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2017	4.149	932.512	76.106	1.012.767
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-	-
Variações sem efeito de caixa	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2018	4.149	932.512	76.106	1.012.767

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3